

Assunto: falta de recursos do governo federal para agricultura do Paraná

A FAEP tem solicitado ao governo federal que libere os recursos anunciados de R\$ 5,6 bilhões na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e R\$ 700 milhões no Programa de Subvenção ao Prêmio de Seguro Rural (PSR), porém tem constatado dificuldades na condução e execução dessas políticas ao Paraná, mesmo sendo o estado o 2º produtor de grãos do país e fundamental para o abastecimento de alimentos. Segue, em anexo, Nota Técnica com informações complementares.

Para o feijão cores, os preços praticados no Paraná estão em R\$ 49,15 em média pela saca de 60 kg, ou seja, 48% abaixo do preço mínimo e do custo de produção de R\$ 95,00. A situação é desesperadora e no município de Três Barras do Paraná, região Oeste, um grupo de 200 agricultores distribuiu 19 toneladas de feijão à população em protesto contra a falta de atuação do governo federal e dos preços baixos, que em algumas regiões chega a R\$ 30,00/sc. O Paraná tem ainda 150 mil toneladas por comercializar e precisa de mais R\$ 70 milhões em Aquisições do Governo Federal (AGF), pois entre maio e agosto o governo liberou apenas R\$ 22 milhões, valor insuficiente que auxiliou a compra de apenas 3% da produção.

Será necessário também apoio para a comercialização de 3,1 milhão de toneladas do trigo nacional com Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural (Pepro) e AGF, sendo pelo menos 1,5 milhão a 2 milhões de toneladas ao Paraná, estado que representa 52% da produção do país. Os preços médios de R\$ 32,89/sc 60 kg não cobrem o preço mínimo de R\$ 33,45/sc. O anúncio de medidas precisa ocorrer ainda no começo de setembro, quando os produtores começam a pagar os compromissos financeiros com fornecedores e a colheita e a comercialização se intensificam.

O milho também já apresenta preços depreciados com a maior oferta do produto no mercado internacional e interno. Para o Paraná, estimasse a necessidade de apoiar a comercialização de 2 milhões de toneladas via PGPM. O estado possui em torno de 10 milhões de toneladas de milho a serem comercializados no segundo semestre.

Dos R\$ 700 milhões no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), apenas R\$ 400 milhões foram liberados e já estão esgotados. Falta assinatura de decreto presidencial com crédito suplementar dos R\$ 300 milhões restantes, liberando-os com urgência em setembro para garantir a contratação de seguro de soja, milho e frutas. No momento, a maioria das seguradoras não tem mais ofertado seguro por falta desse recurso.

Em face à situação extremamente delicada que passam os produtores rurais, solicitamos Vossa interveniência junto ao governo federal para uma solução urgente.

Atenciosamente,

Ágide Meneguette
Presidente

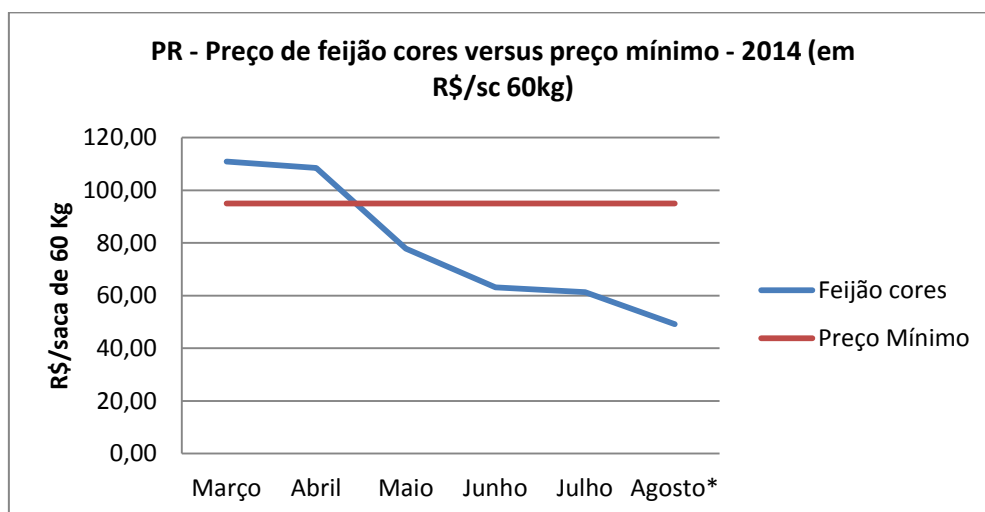
ANEXO - Nota técnica

Feijão cores

Frente aos preços ruins de feijão cores, os produtores necessitavam de apoio do governo federal na ordem de R\$ 100 milhões entre maio e julho, ou seja, apenas 1,78% dos R\$ 5,6 bilhões prometidos na PGPM para apoio a produção agrícola nacional.

No entanto, os problemas perduram desde maio e até agosto o governo federal destinou apenas R\$ 22 milhões para a compra de feijão do produtor paranaense, o que representa apoio para menos de 3% da produção do estado. Para o feijão cores, os preços praticados no Paraná estão em R\$ 49,15 em média pela saca de 60 kg, ou seja, 48% abaixo do preço mínimo e do custo de produção de R\$ 95,00.

A situação é desesperadora e no município de Três Barras do Paraná, região Oeste paranaense, um grupo de 200 agricultores distribuiu 19 toneladas de feijão à população – equivalente a R\$ 30 mil se o produto fosse vendido pelo preço mínimo estipulado pelo governo federal, de R\$ 95,00.



Fonte: SEAB-PR e MAPA

Há informações que os recursos no Ministério do Planejamento não são liberados enquanto os R\$ 22 milhões destinados ao Paraná não forem plenamente utilizados, o que é um contrassenso, pois eles já foram esgotados pela demanda de produtores, cooperativas e cerealistas junto a Conab desde junho. Tal regra premia a burocracia e o atraso na condução da PGPM e represa a venda de feijão na modalidade de Aquisições do Governo Federal – AGF, gerando prejuízos aos produtores, que aguardavam um apoio mais efetivo do governo federal, afinal o Paraná é o maior produtor de feijão do país, representando 24% da produção nacional.

O ministério deveria ter liberado o montante de R\$ 100 milhões ao Paraná em maio, tal qual como fez com o milho do Mato Grosso em julho, quando foram anunciados R\$ 450 milhões para o apoio a comercialização de Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural (Pepro) de milho para aquele estado.

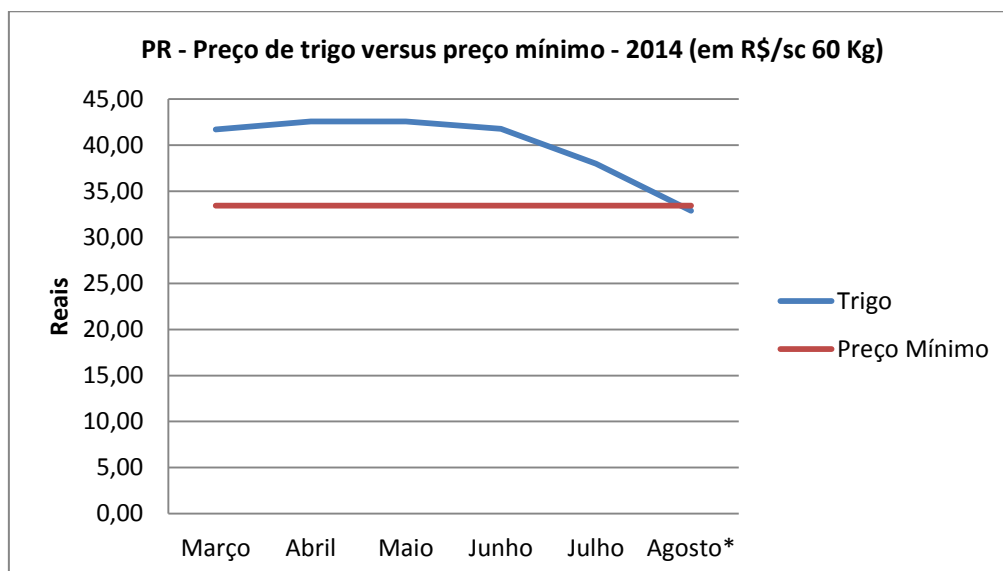
Se a mesma regra de liberação de recursos em conta gotas para o AGF feijão fosse aplicada ao Pepero de milho do Mato Grosso, o escoamento da safra e o objetivo de política agrícola anticíclica jamais obteriam êxito. Os produtores do Paraná têm 150 mil toneladas por comercializar e precisam ainda de R\$ 70 milhões de apoio à comercialização via AGF de feijão cores.

Vale lembrar que em 2013, as preocupações do governo federal com o impacto dos preços do feijão no índice inflacionário levaram-no a promover altas expressivas no preço mínimo para incentivar o plantio na safra 2013/14 e regularizar o abastecimento. O preço mínimo do feijão preto foi reajustado em 41,6% para R\$ 105/saca, enquanto as variedades cores tiveram aumento de 28,1% para R\$ 95/saca.

Na época, o secretário adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, João Rabelo Jr., explicou na imprensa que a volatilidade de preços e problemas de manejo, além de competição com outras culturas, provocaram retração na área cultivada de feijão, "que tem sido resistente às políticas de controle da inflação". Ele afirmou que o "preço mínimo incentivador" e o aumento dos limites de crédito para cultivo iriam incentivar o plantio tanto do feijão preto como cores. Logo, nesse caso, o governo estabelece uma política de incentivo ao plantio com crédito farto e preços mínimos condizentes com o custo de produção do feijão cores (fato raro na PGPM), mas no momento de executá-la tem falhado.

Trigo

Maior produtor nacional de trigo, o estado começou a colher o cereal em agosto com expectativa de 3,9 milhões de toneladas de produção, safra recorde, que chegará a 7,5 milhões de toneladas no país, conforme o IBGE.



Fonte: SEAB-PR e MAPA

As importações do Mercosul e de trigo americano e canadense isentos de impostos pelo governo federal, somadas à produção nacional caracterizará superoferta de produção. Até julho de 2014 foram importados 3,5 milhões de toneladas de trigo, sendo 1,5 milhões de toneladas dos EUA. Com a intensificação da colheita no Paraná,

novas reduções das cotações do cereal são esperadas para setembro e outubro (meses que concentram a comercialização), representando preços aos produtores abaixo do custo de produção e do mínimo estabelecido pelo governo. Será necessário apoio de 3,1 milhão de toneladas ao trigo nacional, sendo pelo menos 1,5 a 2 milhões toneladas ao Paraná.

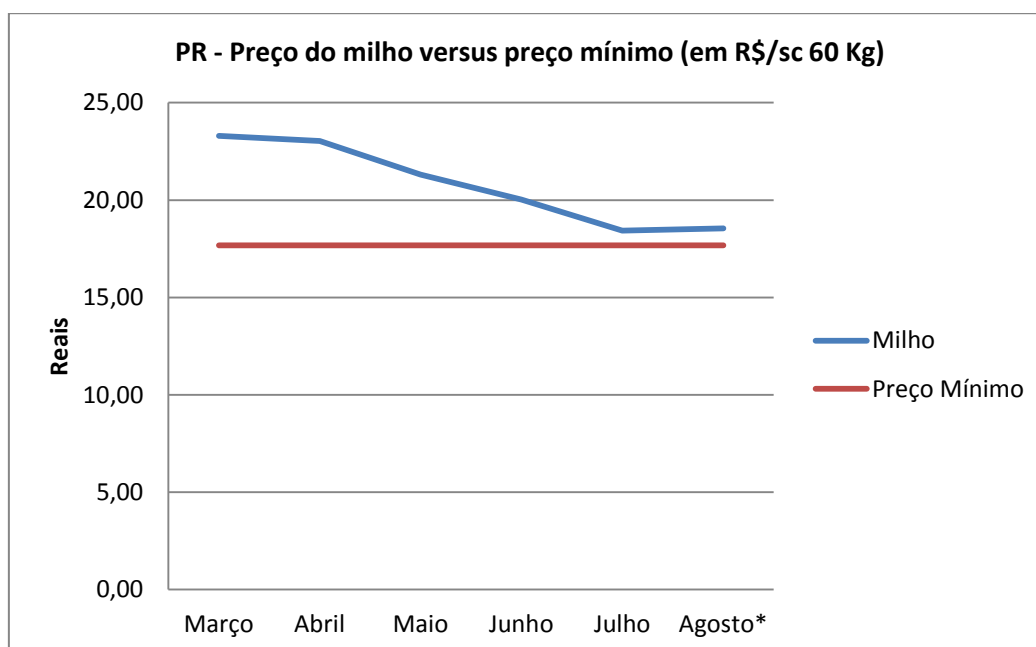
Atualmente, os preços médios pagos aos produtores de R\$ 32,89/sc de 60 kg não cobrem o custo de produção e o preço mínimo de R\$ 33,45, além disso foram registrados negócios a R\$ 31,00 na região de Francisco Beltrão, conforme dados da SEAB.

As medidas de apoio à comercialização ao trigo precisam ser anunciadas ainda no começo de setembro, quando os produtores iniciam o pagamento de compromissos financeiros com fornecedores e a colheita e a comercialização se intensificam.

Milho

O MAPA anunciou a liberação de R\$ 500 milhões para o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural (Pepro) do milho relativo à safra 2013/2014 e 2014. A expectativa é de que esse volume de recursos seja suficiente para atender 10 milhões de toneladas do grão no Brasil. A maior parte desses recursos será destinada ao Mato Grosso.

Atualmente os preços médios estão em R\$ 18,55/sc de 60 kg, com algumas regiões registrando preços de R\$ 16,00 e R\$ 17,00/sc, valores abaixo do preço mínimo estabelecido pelo governo de R\$ 17,67/sc.



Fonte: SEAB-PR e MAPA

No Paraná, com a entrada do milho segunda safra em fase de colheita, totalizam praticamente 10 milhões de toneladas de milho que precisarão ser comercializadas nos próximos meses (safra verão e milho safrinha).

O milho também poderá apresentar preços ruins com a maior oferta do produto no mercado internacional e interno, caso não sejam adotadas medidas para promover o equilíbrio entre oferta e demanda no mercado interno. Para o Paraná, estimasse a necessidade de apoiar 2 milhões de toneladas, caso o pior aconteça.

Seguro Rural

A presidente Dilma Rousseff prometeu, em 19 de maio, no anúncio do Plano Agrícola e Pecuário 2014/15, R\$ 700 milhões no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) – mesmo valor da safra anterior, embora na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2014 houvesse orçamento de apenas R\$ 400 milhões, recursos esses que estão esgotados com a demanda de safra de inverno R\$ 260 milhões e de R\$ 140 milhões, valor insuficiente para a safra de verão, tanto que já foram utilizados pelas seguradoras.

Portanto, para completar os R\$ 700 milhões prometidos, falta a assinatura de decreto com crédito suplementar dos R\$ 300 milhões restantes, liberando-os com urgência em setembro, para garantir a contratação de seguro de soja, milho e frutas, evitando possíveis renegociações de dívidas rurais em caso de problemas climáticos. No momento, a maioria das seguradoras não tem mais ofertado seguro por falta desses recursos suplementares.

Consequências para a economia

O não cumprimento da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) representa sérios prejuízos aos produtores e ao país.

Em caso de problemas climáticos ou de preços ruins, os produtores correm o risco de contrair prejuízos, gerando renegociações de dívidas rurais nos próximos ciclos de colheitas das safras, que pode representar um efeito multiplicador negativo na economia do país, dos estados e municípios.

PARANÁ – Produção e participação no total Brasil

Cultura	Paraná (mil toneladas)	Representatividade do Paraná no Brasil	Paraná no Ranking Nacional de produção
Soja	14.773,9	17%	2º
Milho	15.621,8	20%	2º
Trigo	3.902,1	52%	1º
Feijão	814,0	24%	1º

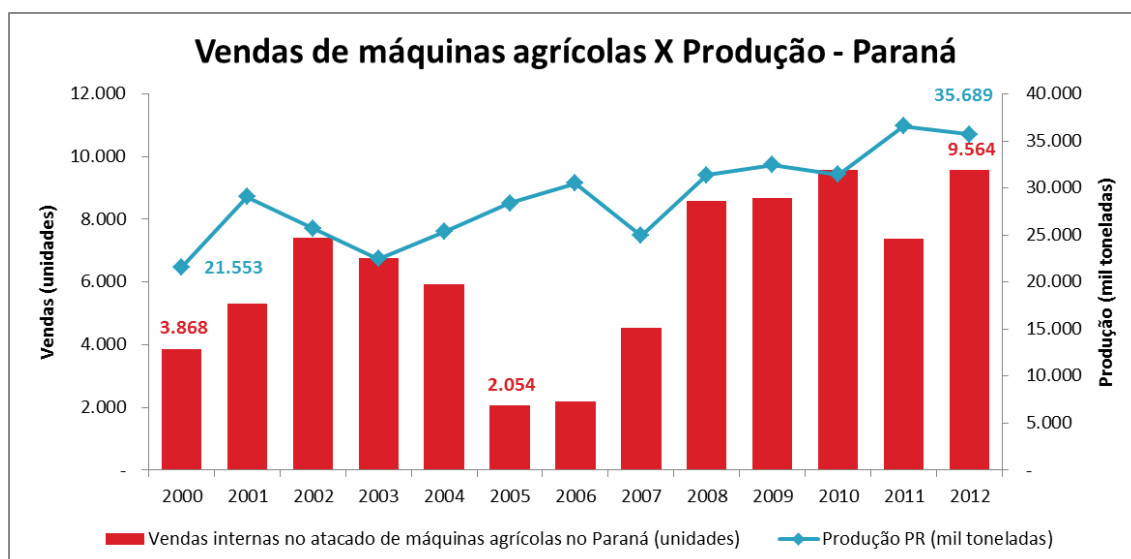
Fonte: CONAB – 2014 – 11º levantamento - agosto

No entanto, apesar da importância como segundo maior produtor de grãos e um dos maiores responsáveis pelo abastecimento de alimentos para o país, o estado do Paraná não tem obtido definições por parte do governo federal para os problemas que se avizinham nas safras em produção e muito menos para problemas mais antigos, como o caso do AGF de feijão e os recursos para o seguro rural.

O governo incentivou os produtores a plantarem uma safra recorde com os mecanismos da PGPM, mas não tem honrado com os anúncios dos Planos Agrícolas.

Dessa forma, os produtores ficam à mercê do clima e das oscilações de preços internacionais e de políticas equivocadas, como a isenção de impostos da produção agrícola de países competidores, como a Tarifa Externa Comum (TEC), que proporcionou a entrada de trigo americano e canadense no país às vésperas da colheita nacional, depreciando os preços do trigo nacional em 20%.

Num cenário pessimista, mas possível devido às oscilações negativas de preços e adversidades climáticas, no curto prazo, sem renda e sem recursos destinados ao pagamento de compromissos com fornecedores e em bancos, as dívidas serão arroladas. E minguará o dinheiro que gira no comércio dos municípios dependentes da agricultura, levando prejuízos aos comerciantes e população local. Isso já foi visto em outros períodos da história recente brasileira, quando não havia incentivo ao seguro agrícola e nem atuação oportuna e suficiente via PGPM, gerando endividamento dos produtores, redução na compra de máquinas e equipamentos agrícolas nos anos subsequentes, conforme o gráfico abaixo:



Fonte: Anfavea e Conab

Embora o Estado possua outras fontes de renda, tem no setor agrícola um dos pilares de sustentação da economia e, em anos de crise, as perdas não se restringem somente ao produtor. A venda de máquinas e veículos agrícolas no Paraná apresentou expressiva queda entre 2005 e 2007 e em 2011, anos que sucederam safras com redução de produção e/ou de preços depreciados dos grãos no Paraná.

Em resumo, nas safras seguintes às crises de preço e/ou produção, muitos produtores ficam impedidos - por falta de limite de crédito nos agentes financeiros -, de manter ou aumentar as áreas de produção dessas culturas. Desestimulados, reduzem a compra de insumos, de novas tecnologias e maquinário. Obviamente outra repercussão da menor área plantada com menos tecnologia é a redução da oferta de alimentos, pressionando a inflação aos consumidores nos ciclos de safras seguintes.